



Ata nº 055 da Sessão Ordinária nº 055, de
16 de setembro de 2014.

Às nove horas do dia dezesseis de setembro de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presentes os Conselheiros, **DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA, CEZAR COLARES, ANTÔNIO JOSÉ e SÉRGIO LEÃO**; ausência justificada do Conselheiro **ALOÍSIO CHAVES**; presença da Procuradora do Ministério Público junto ao TCM-PA, **MARIA INEZ GUEIROS**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Convocado o Auditor Sérgio Dantas para apresentar proposta de Decisão, nos termos do inciso II do Artigo 72 do RI/TCM. A seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. **Processo nº 450012008-00; Prefeitura Municipal de Melgaço; Prestação de Contas de Governo – Exercício 2008; Responsável: José Maria Rodrigues Viegas; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela iliquidez e trancamento das contas, com base no Art. 216 § 1º e 2º do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não emissão de parecer prévio de mérito referente as contas em exame, remetendo, conforme regra constitucional do Artigo 71, I da CF/885 à Câmara Municipal de Melgaço para conhecimento e deliberação. Ausência, por ocasião da votação, da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 450012008-00; Prefeitura Municipal de Melgaço; Prestação de Contas de Gestão – Exercício 2008; Responsável: José Maria Rodrigues Viegas; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela iliquidez e trancamento das contas, com base no Art. 216 § 1º e 2º do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela iliquidez e trancamento das contas*". **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares pediu VISTA dos autos. Ausência, por ocasião da votação, da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 430012005-00; Prefeitura Municipal de Maracanã; Prestação de Contas – Exercício 2005; Responsável: Raimundo Queiroz de Miranda (falecido); Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Sérgio Dantas (Conselheiro Sérgio Leão).** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com a responsabilização do Vice-Prefeito (pagamento a maior) e Espólio do Prefeito. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão**: "*pela iliquidez das contas, na forma regimental*". **Em votação**: o Conselheiro Sérgio Leão ratificou os termos da proposta de decisão



apresentada. O Conselheiro Cezar Colares pediu VISTA dos autos. Ausência, por ocasião da votação, da Conselheira Mara Lúcia. Com impedimento do Conselheiro Daniel Lavareda que funcionou nos autos como Auditor, à época. Às nove horas e cinquenta e cinco minutos, o Conselheiro Cezar Colares assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 1440022013-00; Câmara Municipal de Tracuateua;** Prestação de Contas – Exercício 2013; Responsável: José Dutra Luz de Souza; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas. Ausência, por ocasião da votação, da Conselheira Mara Lúcia e do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 06: **Processo nº 1070022008-00; Câmara Municipal de Abel Figueiredo;** Prestação de Contas – Exercício 2008; Responsável: Joaquim Rodrigues dos Santos; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com aplicação de multas na forma do Regimento Interno e Lei nº 10.028/2000. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas da Câmara Municipal de Abel Figueiredo, exercício financeiro de 2008, de responsabilidade do Sr. Joaquim Rodrigues dos Santos, em favor de quem deve ser expedido o Alvará de Quitação no valor de R\$-466.109,19, após a comprovação do recolhimento aos Cofres Públicos Municipais, no prazo de 30 dias, a título de multa fundamentada na Lei Federal nº 10.028/2000, do valor de R\$-823,99, correspondente a 5% da remuneração percebida no exercício pela intempestividade do envio dos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º e 3º quadrimestres. Ausência, por ocasião da votação, da Conselheira Mara Lúcia e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1200022007-00; Câmara Municipal de Palestina do Pará;** Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: José Araújo do Nascimento; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas da Câmara Municipal de Palestina do Pará, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade do Sr. José Araújo do Nascimento, em favor de quem deve ser expedido o Alvará de Quitação no valor de R\$-338.883,30, pelas despesas ordenadas, somente após a comprovação do recolhimento, no prazo de 30 dias, do valor de R\$-1.577,00, que corresponde a 5% da remuneração percebida pelo Responsável, a título de multa, pela remessa intempestiva dos Relatórios de Gestão Fiscal de todos os quadrimestres, com fundamento no art. 5º da Lei 10.028/2000. Ausência, por ocasião da votação, da Conselheira Mara Lúcia e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 452112008-00; Fundo Municipal**



79 **de Saúde de Melgaço;** Prestação de Contas – Exercício 2008; Responsável: Kátia Áurea Penalber
80 Polimanti; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da
81 Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
82 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A
83 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
84 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, da
85 prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Melgaço, exercício de 2008, de
86 responsabilidade da Sra. Kátia Áurea Penalber Polimanti, com o recolhimento ao FUMREAP de multa
87 no valor de R\$-1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), nos termos do Art. 282, item III, "a" do
88 RI/TCM pela remessa intempestiva da prestação de contas do 1º ao 3º quadrimestre. Ausência, por
89 ocasião da votação, da Conselheira Mara Lúcia e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**
90 **452302008-00; FUNDEB de Melgaço;** Prestação de Contas – Exercício 2008; Responsáveis: José
91 Vilson Ferreira Rocha (01.01 a 30.04.2008) e Onilson Carvalho do Nascimento (01.05 a 31.12.2008);
92 Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva;
93 Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
94 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria
95 foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
96 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, da prestação de
97 contas do FUNDEB de Melgaço, exercício de 2008, de responsabilidade do Sr. José Nilson Ferreira
98 Rocha (01/01 a 30/04/2008) e Onilson Carvalho do Nascimento (01/05 a 31/12/2008), em favor dos
99 quais deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação, com o recolhimento ao FUMREAP de
100 multa no valor de R\$-500,00 (quinhentos reais), nos termos do Art. 282, item III, "a" do RI/TCM ao
101 Sr. Onilson Carvalho do Nascimento, pela remessa intempestiva da Prestação de Contas do 2º e 3º
102 quadrimestre. Ausência, por ocasião da votação, da Conselheira Mara Lúcia e do Conselheiro José
103 Carlos Araújo. **Processo nº 452122008-00; Fundo Municipal de Assistência Social de**
104 **Melgaço;** Prestação de Contas – Exercício 2008; Responsável: Maria do Perpétuo Socorro
105 Nascimento dos Reis; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da
106 Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
107 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi
108 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
109 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Fundo
110 Municipal de Assistência Social de Melgaço, exercício financeiro de 2008, de responsabilidade da Sra.
111 Maria do Perpétuo Socorro Nascimento dos Reis, com o recolhimento ao FUMREAP de multa no valor
112 de R\$-1.000,00 (hum mil reais), nos termos do Art. 282, item III, "a" do RI/TCM, pela remessa
113 intempestiva da prestação de contas do 2 e 3º quadrimestre. Ausência, por ocasião da votação, da
114 Conselheira Mara Lúcia e do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão da pauta
115 com o julgamento do processo de nº 14: **Processo nº 320082010-00; Fundo Municipal de**
116 **Assistência Social de Igarapé - Açú;** Prestação de Contas – Exercício 2010; Responsável: Sandra
117 Miki Uesugi Nogueira; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da
118 Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério



Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Igarapé-Açu, exercício de 2010, com o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de quinze dias, da multa no valor de R\$-2.000,00 pelo não repasse ao INSS das contribuições retidas, após o que será expedido o respectivo Alvará de Quitação, no valor de R\$-1.002.383,57. Ausência, por ocasião da votação, da Conselheira Mara Lúcia e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 614132010-00; FUNDEB de Primavera; Prestação de Contas – Exercício 2010; Responsável: Marcelo Silva Santos; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães - Retirado da Pauta na Sessão do dia 02.09.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do FUNDEB de Primavera, exercício de 2010, com recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 15 dias, de multa no valor de R\$-2.000,00, pela não remessa do Parecer do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, na forma prevista no Art. 120-B, § 1º do RI/TCM/PA, e R\$-5.000,00, pelo desvio de finalidade na utilização de recursos do FUNDEB, conforme constatado pela Controladoria Geral da União, nos termos do Art. 120-A, III, do RI/TCM/PA, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião da votação, da Conselheira Mara Lúcia e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 162842007-00; Fundo Municipal de Saúde de Bonito; Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: Jamil Assad Neto; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão.** Retirado pauta. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 18: **Processo nº 201217325-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria – Portaria nº 1219/12, de 19.09.12 – Revisão de Proventos; Interessado: Gilberto Farias Teles; Ministério Público: Procuradora: Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião da votação, da Conselheira Mara Lúcia e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201217327-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria – Portaria nº 1225/12, de 20.09.12 – Revisão de Proventos; Interessada: Anai Odete Correa da Silva; Ministério Público: Procuradora: Maria Inez Gueiros ; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião da votação, da Conselheira Mara Lúcia e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201217328-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria – Portaria nº 1222/12, de 20.09.12 – Revisão de Proventos; Interessada: Ana Coeli da Costa Vergolino; Ministério Público:**



159 Procuradora: Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães. Cumprindo
160 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
161 pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
162 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do

163 Ato. Ausência, por ocasião da votação, da Conselheira Mara Lúcia e do Conselheiro José Carlos
164 Araújo. **Processo nº 201217573-00 ; IPAMB/PMB; Aposentadoria – Portaria nº 1349/12, de**
165 02.10.12 – Revisão de Proventos; Interessado: Sebastião Nazareno Almeida Machado; Ministério
166 Público: Procuradora: Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães. Cumprindo
167 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
168 pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
169 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do

170 Ato. Ausência, por ocasião da votação, da Conselheira Mara Lúcia e do Conselheiro José Carlos
171 Araújo. Às dez horas e vinte minutos, o Conselheiro Daniel Lavareda assumiu a Presidência da
172 Sessão. **Processo nº 201214844-00; Instituto de Previdência do Município de Cachoeira**
173 **do Arari; Pensão 2012 – Portaria nº 022, de 28.08.2012; Interessada: Maria Odete Rodrigues de**
174 **Azevedo; Ministério Público: Procuradora: Maria Inez Gueiros; Relator: Auditor convocado para**
175 **apresentar proposta de Decisão: Sérgio Dantas (Conselheiro Cezar Colares).** Cumprindo dispositivo
176 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
177 negativa de registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua
178 proposta de **Decisão**: “pela negativa de registro com a devolução das quantias recolhidas”. **Em**
179 **votação**: o Conselheiro Cezar Colares ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no
180 que foi acompanhado pelo Conselheiro Antonio José, Conselheiro Sérgio Leão e Conselheiro Daniel
181 Lavareda. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela negativa
182 de registro do Ato, com a devolução das quantias recolhidas, na forma do voto do Relator. Ausência,
183 por ocasião da votação, da Conselheira Mara Lúcia e do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida,
184 houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 1 do Aditamento a pauta.
185 **Processo nº 201212850-00; Instituto de Previdência do Município de Breves;**
186 **Aposentadoria 2012 – Portaria nº 041, de 12.06.2012; Interessado: Floriano Vital da Costa;**
187 **Ministério Público: Procuradora: Maria Inez Gueiros; Relator: Auditor convocado para apresentar**
188 **proposta de Decisão: Sérgio Dantas (Conselheiro Cezar Colares).** Cumprindo dispositivo regimental,
189 o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A
190 matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão**: “pelo registro
191 do Ato ”. **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares ratificou os termos da proposta de decisão
192 apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Antonio José, Conselheiro Sérgio Leão e
193 Conselheiro Daniel Lavareda. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
194 decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião da votação, da Conselheira Mara Lúcia e do
195 Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do
196 processo de nº 11. **Processo nº 904452005-00; Fundo Municipal de Assistência Social de**
197 **Brejo Grande do Araguaia; Prestação de Contas – Exercício 2005; Responsável: Raimunda dos**
198 **Santos Silva (01/01 a 39/04/2005); Instrução: Auditores Sérgio Dantas e Socorro Pessoa/3ª**



Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com multas, recolhimentos e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela regularidade, com ressalvas, das contas da Sr^a Raimunda dos Santos Silva, Ordenadora do período de 01/01 a 30/04/2005, a quem deve ser expedido Alvará de Quitação no valor de R\$-179.222,91 (cento e setenta e nove mil, duzentos e vinte e dois reais e noventa e um centavos), e pela irregularidade das contas da Sr^a Marlene Carvalho de Azevedo, Ordenadora do período de 01.05 a 31.12.2005, nos termos do Art. 32, inciso III, "b" e "c", da referida Lei Estadual, com recolhimento aos Cofres Públicos dos valores de R\$-20.000,00 (vinte mil reais), contabilizado na conta "Devedores Diversos" sem justificativas, e de R\$-398,08 (trezentos e noventa e oito reais e oito centavos), lançado à conta "Agente Ordenador", respectivamente. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 694082006-00; Fundo Municipal de Educação de Santa Maria do Pará; Prestação de Contas – Exercício 2006 ; Responsável: Edilson Graciano de Aquino; Instrução: Auditor Alcimar Lobato/ 3ª** Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Retirado de pauta. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 17: **Processo nº 201407795-00; Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu; Outros: Consulta - Retirado de Pauta na Sessão de 24.06.2014; Responsável: Arnaldo Santos da Cruz; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia**. Cumprindo dispositivo regimental a Conselheira Mara Lúcia procedeu a leitura do Relatório. A matéria foi colocada **em discussão**. Em seguida, a Conselheira Relatora apresentou sua proposta de Resolução com a resposta a consulta para deliberação Plenária. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu aprovar a minuta de Resolução apresentada, nos termos do voto da Relatora. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, a Conselheira Mara Lúcia assumiu a Presidência da Sessão. Houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 5: **Processo nº 1270022013-00; Câmara Municipal de Trairão; Prestação de Contas – Exercício 2013; Responsável: José Ferrari; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, pela aprovação, com ressalva, das contas da Câmara Municipal de Trairão, exercício financeiro de 2013, de responsabilidade de José Ferrari, com a expedição do Alvará de Quitação, após o recolhimento de multa de R\$-2.000,00 ao FUMREAP, pelo des controle contábil. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 13: **Processo nº 1083302007; Fundo Municipal de Saúde de Água Azul do Norte; Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: Geralvina Batista Almeida Souza; Instrução: 2ª Controladoria;**



Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Água Azul do Norte, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade de Geralvina Batista Almeida Souza, face a ausência de processos licitatórios, com o recolhimento ao FUMREAP das seguintes multas:- R\$ 5.000,00, pela divergência de valor nas transferências concedidas pela Prefeitura Municipal e a recebida pelo FMS, pelo descumprimento do Art. 50, II, da LRF (não apropriação correta dos encargos patronais), com fundamento do Art. 282, I-B, do RI/TCM/Pa, assim como o não envio do parecer do Conselho Municipal de Saúde, nos termos do Art. 284, § 1º;- R\$-8.000,00, pela realização de despesas de R\$-642.356,03 não licitadas, com base no Art. 57, da LC nº 084/2012; cópia dos autos devem ser encaminhadas ao Ministério Público Estadual para apuração de responsabilidade*". **Em votação**: o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Água Azul do Norte, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade de Geralvina Batista Almeida Souza, face a ausência de processos licitatórios, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: com o recolhimento ao FUMREAP da seguinte multa:- R\$-5.000,00, pela divergência de valor nas transferências concedidas pela Prefeitura Municipal e a recebida pelo FMS, pelo descumprimento do Art. 50, II, da LRF (não apropriação correta dos encargos patronais), com fundamento do Art. 282, I-B, do RI/TCM/Pa, assim como o não envio do parecer do Conselho Municipal de Saúde, nos termos do Art. 284, § 1º;- R\$-8.000,00, pela realização de despesas de R\$-642.356,03 não licitadas, com base no Art. 57, da LC nº 084/2012. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 23: **Processo nº 201304151-00; Prefeitura Municipal de Terra Santa; Diária – 2013 – Lei nº 146/2013, que estabelece Diárias para o Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais; Interessado: Marcílio Costa Picanço; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pelo cadastro da Lei nº 146/2013 de Terra Santa que fixa diárias para o Prefeito, Vice- Prefeito e Secretários da Prefeitura Municipal, durante o período de sua vigência, com a recomendação de que deverá tanto a Lei 146/2003 quanto a Lei 154/2003, já cadastrada, serem juntadas à prestação de contas*". **Em votação**: o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia divergiu do Relator e votou pela negativa de cadastro do Ato. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **por maioria**, decidiu pelo cadastro da Lei nº 146/2013 de Terra Santa que fixa diárias para o Prefeito, Vice- Prefeito e Secretários da Prefeitura Municipal, durante o período de sua vigência, com a recomendação de que



279 deverá tanto a Lei 146/2003 quanto a Lei 154/2003, já cadastrada, serem juntadas à prestação de
280 contas. Vencida a Conselheira Mara Lúcia. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José
281 Carlos Araújo. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA. DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA**
282 **DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente
283 Sessão, às onze horas e cinco minutos da qual foi lavrada a presente Ata.
284 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em dezesseis de setembro
285 de dois mil e quatorze.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral

Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**
Presidente da Sessão

Conselheira Vice Presidente **Mara Lúcia**
Presidente da Sessão

Conselheiro Corregedor **Cezar Colares**
Presidente da Sessão